



(48)32224668



sintrajusc



SintrajuscSindicato



Sintrajusc

Florianópolis (SC) - 03 de julho de 2025 - nº 1511

ATÉ AGOSTO PARA ARRANCAR REAJUSTE E CARREIRA

Hoje é dia de paralisação para cobrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) formalize uma proposta de reposição salarial para 2026 e melhorias na carreira. Enquanto a magistratura tem seus benefícios aprovados rapidamente, em conselhos nacionais, os servidores e as servidoras precisam enfrentar vários obstáculos: orçamento, projeto de lei, Congresso Nacional, sanção presidencial e, a novidade em determinados temas, passar pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Uma boa notícia é que o STF encaminhou à Câmara dos Deputados a proposta que reformula critérios e percentuais de adicional de qualificação (AQ) (veja impacto no verso).

Em relação à carreira, é preciso avançar, por exemplo, na questão da sobreposição de tabela visando diminuir a diferença remuneratória entre cargos.

PROPOSTA DE REAJUSTE

Em reunião com a Fenajufe, o juiz Guilherme Feliciano, representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Fórum Nacional de Carreira do Conselho, apresentou uma proposta de reajuste de 5% no vencimento básico e aumento da GAJ para 165%. A proposta equivale a um reajuste de 15,93%, considerando a soma de vencimento básico e GAJ. O reajuste seria aplicado em 2026. As propostas de reestruturação da carreira, entre elas a sobreposição de tabelas, seriam, ainda em processo negocial a ser firmado, para os anos de 2027 e 2030.

Mas falta formalização e, depois dela, o caminho é longo: os projetos precisarão ser aprovados na Câmara e no Senado e passar pela sanção presidencial.

É importante destacar que o Congresso Nacional vota até o início do segundo semestre a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2026. A LDO estabelece as metas e prioridades do orçamento público para o ano seguinte e orienta a elaboração da LOA. Nesse sentido, a categoria deverá aumentar a pressão visando a inclusão dos recursos na LOA de 2026.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Um perigo que se avizinha é proposta de reforma administrativa que já está em curso no Congresso Nacional com ameaças de redução salarial e de precarização dos serviços públicos. Entre os itens apresentados pelo grupo de trabalho criado na Câmara, estão redução salarial, fim da paridade entre ativos e aposentados, contratação temporária, pejotização e terceirização.

Por isso, o Sindicato parabeniza quem está hoje na paralisação, de forma presencial ou virtual. A nossa história nos mostra que, com união, é na luta que arrancamos bons resultados.

ATIVIDADES HOJE

14h: Participação de convidada da Fenajufe, Vera Miranda, para tirar dúvidas

15h30: Assembleia para deliberar sobre proposta de reajuste salarial

TABELA COMPARATIVA

VALORES INDIVIDUAIS E MÁXIMOS POR FORMAÇÃO (AQ)

Formação	Atual Técnico C13	Atual Analista C13	STF PL 3084/2025
Doutorado	R\$ 707,93	R\$ 1.161,52	R\$ 3.572,00
Mestrado	R\$ 566,35	R\$ 929,21	R\$ 2.500,40
Especialização	R\$ 424,76	R\$ 696,91	R\$ 714,40 (x2)
Graduação Adicional	R\$ 283,17	-	R\$ 714,40
Certificação	-	-	R\$ 357,20 (x2)
Capacitação (120h+)	R\$ 56,63 (x3)	R\$ 92,92 (x3)	R\$ 142,88 (x3)

Vitórias da nossa mobilização

JE: requisitos mantidos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou portaria que prorrogou, de forma excepcional, até 30 de dezembro de 2026, a permanência de servidoras e servidores das esferas municipal e estadual requisitados há cinco anos ou mais pela Justiça Eleitoral (JE). A medida leva em conta a importância desses profissionais para a prestação de serviços à população e a necessidade de garantir condições de trabalho adequadas diante do atual déficit de pessoal.

A Fenajufe e os Sindicatos fizeram essa luta e alertaram para o avanço da terceirização na JE, reforçando a importância da permanência dos requisitados até as eleições de 2026, especialmente nos cartórios.

JT: isonomia no auxílio-saúde

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou dia 30 a retomada, ao menos de forma provisória, da isonomia na distribuição dos recursos do auxílio-saúde. A decisão, unânime, foi:

- 1) suspender efeitos do ato que acabava nacionalmente com a isonomia;
- 2) recolocar em vigor os efeitos do ato que estabelecia o valor per capita mensal do auxílio-saúde em R\$ 546,00 para magistrados e servidores;
- 3) determinar aos TRTs que informem sobre a metodologia utilizada para o custeio da assistência médica e suplementar;
- 4) criar grupo de trabalho para, em 120 dias, realizar estudos para a regulamentação da saúde suplementar nos TRTs.

A luta esquentou. Sindicalize-se hoje!

Estamos em plena luta por reajuste e pelo novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) da categoria. Para dar conta dela e fortalecer o Sindicato e a Fenajufe, que é quem senta na Mesa de Negociação com a cúpula do Judiciário e com o Legislativo, precisamos ampliar a sindicalização. **O Sintrajusc nunca teve imposto sindical e se mantém apenas com as mensalidades dos filiados e filiadas.** Também não temos diretor ou diretora liberada para as atividades da entidade.

Assim, cada um e cada uma tiram de seu tempo de trabalho ou de lazer para fazer as atividades em defesa da categoria.

Por isso, se você ainda não é sindicalizado ou sindicalizada, venha para o Sindicato e fortaleça nossas lutas. E se já é, converse com seus e suas colegas sobre a importância de se sindicalizar!

A ficha de filiação está no código QR.



